



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/PE

PINTURA NA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SALGUEIRO

BDI

1. Administração Central = 4%

1.1. A administração central de uma empresa de construção civil, toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora. O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras ou serviços que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada uma, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como, por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro. Nesse caso, adotaremos a média do percentual conforme Acórdão do TCU nº. 2262/2013 (TC 036.076/2011-2).

2. Seguros e imprevistos = 0,8 %

2.1. Sabe-se que nas atividades relacionadas com a construção civil existem os mais variados riscos, sejam para vida humana, equipamentos ou outros bens. Há ainda a possibilidade de se causar, involuntariamente, danos corporais e materiais a terceiros. Quanto à taxa para imprevistos, essa pode estar incluída no BDI, pois há imprevistos que não são cobertos pelo seguro. Consideram-se como imprevistos ou riscos os seguintes acontecimentos, dentre outros, aqueles cuja ocorrência prejudica o andamento dos serviços e independe da atuação prévia do executor da obra: fenômenos naturais (águas subterrâneas, ventos fortes, condições climáticas atípicas, etc); perdas de eficiência de mão-de-obra; perdas excessivas de material por quebras, etc. Nesse caso, adotaremos a média do percentual conforme Acórdão do TCU nº. 2262/2013 (TC 036.076/2011-2).

3. Despesas Financeiras = 1,23%

3.1. Para as despesas financeiras, foi adotada a taxa média do acórdão 2622/2013.

4. Impostos = 5,89% (COFINS = 3,00%. PIS = 0,65% e ISS = 5%)

4.1. Contabilmente, não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considerando se, portanto, que se trata de despesas indiretas. A alíquota de ISS para o município de Salgueiro/PE, para execução de obras de qualquer natureza é 5%.

5. Bonificação ou Honorários = 7,4%

5.1. Define-se como sendo benefício ou lucro a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aquelas referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.” Como o empreendimento almejado é reforma, entende-se que não se deve comparar e remunerar, por exemplo, “encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras”, pois não é característico dessa atividade. Considerando que maior parte do trabalho dar-se-á em obras civis de reforma.

VALORES DO BDI		
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	
	3%	5,5%

SEGURO + GARANTIA		
0,8%	0,8%	1%
RISCO		
0,97%	1,27%	1,27%
DESPESA FINANCEIRA		
0,59%	1,23%	1,39%
LUCRO		
6,16%	7,4%	8,96%

Fonte: Acórdão Nº 2622/2013 - TCU - Plenário

TRIBUTOS	
ISS	5% (legislação municipal)
PIS	0,65%
COFINS	3%
TOTAL	8,65%

BDI ADOTADO	23,35%
-------------	--------



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO JOSE DE LIMA FILHO, Agente de Polícia Federal**, em 01/07/2022, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE OLIVEIRA DE SOBRAL, Papiloscopista Policial Federal**, em 04/07/2022, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **23932128** e o código CRC **7AF2CD43**.